



Ofertas de Cursos EAD por Universidade Corporativa do Estado da Bahia

João Sotero do Vale Júnior¹; Sérgio Hage Fialho²

Resumo: O objetivo geral deste estudo foi avaliar as ofertas de cursos de EAD em uma grande organização pública do Estado da Bahia. O aporte teórico foi sustentado Castells (1999); Peters (1999, 2003); Eboli (2004); Moran (2009); Mill, Oliveira e Ribeiro (2010); Alves (2011); ABED (2015); Sales (2015) dentre outros. Dessa forma, foi possível descrever e analisar as ofertas de cursos de EAD na entidade pesquisada. Trata-se de um estudo do tipo descritivo e exploratório, de natureza qualitativa. Tem como objeto empírico a Universidade Corporativa do Serviço Público (UCS) da Secretaria Estadual da Fazenda (SEFAZ-BA). Os resultados indicam um processo lento de difusão da tecnologia de EAD e identificam dificuldades para obtenção dos recursos técnicos especializados necessários ao avanço dos programas de EAD.

Palavras-chave: Educação a Distância; Difusão; Universidade Corporativa.

Distance Learning Courses offered by Corporate University of the State of Bahia

Abstract: The general objective of this study was to evaluate the offer of ODL courses in large public organizations in the State of Bahia. The theoretical contribution was supported Castells (1999); Peters (1999, 2003); Eboli (2004); Moran (2009); Mill, Oliveira and Ribeiro (2010); Alves (2011); ABED (2015); Sales (2015) among others. In this way, it was possible to describe and analyze the offers of ODL courses in the research entity. It is a descriptive and exploratory study of a qualitative nature. Its empirical objective is the Corporate University of the Public Service (UCS) of the Secretaria Estadual da Fazenda (SEFAZ-BA). The results indicate a slow process of diffusion of EAD technology and limitations related to the formats of the courses and the scope of their reach in the studied organizations, and identify difficulties to obtain the specialized technical resources necessary for the advancement of EAD programs.

Keywords: Distance Education; Diffusion; Corporate University.

Introdução

Educação a Distância

Esta seção destina-se a estabelecer os elementos conceituais e históricos do campo da educação a distância (EAD) relevantes para esta pesquisa.

¹ Administrador. Mestre em Administração pela Universidade Salvador – UNIFACS. Pesquisador Gestão da Educação, Aprendizagem Organizacional e Inovação – GEDAI. Docente da Universidade do Estado da Bahia - UNEB, Campus Ipiatã, Bahia, Brasil, joao.sotero.js@gmail.com.

² Administrador. Doutor em Administração pela Universidade Federal da Bahia – UFBA. Pesquisador Gestão da Educação, Aprendizagem Organizacional e Inovação – GEDAI. Docente titular do Mestrado em Administração da Universidade Salvador – UNIFACS, Salvador, Bahia, Brasil, sergio.fialho@unifacs.br.



A difusão do conhecimento pode ser realizada por diversas formas, dentre elas, se destacam as modalidades de ensino presencial e a distância, sendo que a segunda pode ser considerada a mais democrática das modalidades de educação, pois, ao utilizar Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), possibilita transpor barreiras econômicas e espaciais para a obtenção do conhecimento.

Moran (2009) relata que a educação presencial ou ensino convencional comumente ocorre em sala de aula com os encontros entre professores e alunos se dando ao mesmo tempo neste espaço físico. Por seu turno, a EAD possibilita, por meio das TICs, que os professores e alunos, mesmo separados fisicamente no espaço e/ou dissociados no tempo, produzam conhecimento.

Neste contexto, a EAD vem desde outrora se fazendo presente na difusão do conhecimento. No Brasil, o conceito de EAD foi definido oficialmente no Decreto 5.622, de 19 de dezembro de 2005.

Art. 1º Para os fins deste Decreto, caracteriza-se a Educação a Distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos. (BRASIL, 2005, p. 1).

Assim, a EAD pode ser compreendida como a modalidade de educação efetivada através do intenso uso de TICs, sendo cada vez mais utilizada na educação básica, educação superior e em cursos abertos, entre outros.

Nos últimos anos, o uso das tecnologias digitais nos processos educacionais adquiriu uma discussão mais significativa no meio acadêmico. Assim, o fenômeno da Internet, associado ao crescimento gradual do acesso às tecnologias digitais de forma universalizada e à necessidade dos educadores e pesquisadores entenderem a relação destas tecnologias com o processo ensino-aprendizagem, se constituem como molas propulsoras para a intensificação das discussões referentes a estes temas.

No contexto do ensino, as TICs adquirem papel importante enquanto base de apoio que busca auxiliar na melhoria da estrutura básica educacional. Segundo Albino e Souza (2015), o acesso às novas tecnologias introduz formas diferentes de aprender e pensar para os



membros deste processo, representados por professores e alunos, assim como pelas instituições de ensino.

Do ponto de vista de Sales (2015), no cenário nacional, a EAD tem marcado sua presença, fazendo uso de diferentes tecnologias, desde o material impresso, passando pelo rádio, televisão, até chegar aos computadores em rede.

Além disso, Alves (2011) salienta que esta modalidade de educação vem ampliando sua colaboração na democratização do ensino e na aquisição dos mais variados conhecimentos, principalmente por se constituir em um instrumento capaz de atender um grande número de pessoas simultaneamente, chegando a indivíduos que estão distantes dos locais onde são ministrados os ensinamentos e/ou que não podem estudar em horários pré-estabelecidos.

Integrando um amplo conjunto de tecnologias interconectadas que configuram a atual e expansiva revolução da tecnologia da informação, a EAD é uma tendência com vocação estruturalmente globalizante. Conforme Castells (1999), a capacidade de inclusão e abrangência de todas as expressões culturais é baseada na integração em redes digitalizadas envolvendo múltiplos modos de comunicação, o que caracteriza o novo sistema de comunicação.

As implicações para a difusão e aprendizagem deste tipo de tecnologia se desdobram na necessidade de novas competências técnicas, novos papéis e funções no processo de sua aplicação e uso.

Mill, Oliveira e Ribeiro (2010) observam que a docência em EAD se distingue estruturalmente da docência presencial centrada na atividade individual do professor, pois requer a participação coordenada de vários especialistas, como especialista em conteúdo, designer instrucional, designers gráficos e desenvolvedores de objetos multimídia, equipe técnica de suporte à plataforma de *software*, tutores de processo e de conteúdo. Para dar conta desta natureza coletiva do processo de trabalho na EAD, os autores propõem um novo conceito, a polidocência.

Assim, trata-se de um processo que requer novas especialidades nas fases de implantação, produção e implementação. Para ter a qualidade técnica necessária e gerar resultados pedagógicos consistentes, requer adaptações e inovações nas estratégias organizacionais e nas políticas institucionais.



De acordo com Mill e Santiago (2016), prepondera na literatura sobre EAD uma visão “sistêmica” (SOUZA, 2012 apud MILL; SANTIAGO, 2016), que considera a existência de um sistema maior - a EAD - formado por subsistemas que correspondem, grosso modo, às dimensões de conteúdo, desenho instrucional, comunicação, interação, ambiente de aprendizagem e gestão (MOORE; KEARSLEY, 2013).

Ainda que seja importante reconhecer a fecundidade da abordagem “sistêmica” para o exame da integração e articulação entre componentes dos subsistemas, podemos anotar o risco de esta abordagem se manter dentro de limites funcionalistas, na medida em que não articula as variadas dimensões operacionais da EAD aos processos mais amplos que estruturam os processos produtivos da sociedade, perdendo com isso capacidade crítica.

Peters (1999, 2003) oferece uma abordagem histórico-estrutural de grande relevância para o entendimento dos grandes desafios atuais da EAD, ao relacionar a forma como surgiu e se desenvolveu a EAD, de um lado, com o padrão de estruturação dos processos industriais na sociedade, de outro. Este enfoque permite compreender a relação histórica da EAD com a busca incessante de escala e produtividade nos seus processos e, portanto, com a incorporação sistemática de tecnologia, reproduzindo, assim, os padrões produtivos dominantes na economia.

Delineia-se uma linha de contradições entre a evolução técnico-empresarial da EAD e a dimensão didática da aprendizagem. Por exemplo, o alinhamento histórico da EAD com o padrão da produção em massa, se possibilita a expansão sem precedentes da difusão de conhecimentos explícitos, coloca questões dramáticas para a qualidade pedagógica da formação dos cidadãos e profissionais através de meios virtuais com conteúdos padronizados e baixa interatividade. Neste padrão, o sistema realiza o máximo da produção em massa, taylorista, com projeto e supervisão centralizados e baixa responsabilidade da “ponta”, dos que executam as tarefas técnico-operacionais objetivas da produção.

Assim como os conceitos de EAD foram evoluindo, obtivemos também forte expansão desta modalidade de ensino nas últimas décadas. O Brasil apresenta números importantes, que impõem análises abrangentes das implicações organizacionais e de expansão deste processo.

O Censo da Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED), realizado em 2014 com 271 instituições relacionadas à EAD, demonstra uma forte presença da EAD no Brasil: das 271 instituições pesquisadas, 226 apenas oferecem curso EAD (exclusivamente



formadoras), 17 apenas desenvolvem produtos em EAD (exclusivamente fornecedoras), 15 são fornecedoras e formadoras e 13 não se inserem em nenhuma destas categorias (ABED, 2015).

Das 271 instituições citadas pela ABED (2015), 86 são públicas e 155 são privadas. Dentre as privadas, 58 instituições são com fins lucrativos, 56 sem fins lucrativos e 41 são ligadas à iniciativa financeira mista, incluindo o Sistema S (SENAI, SESI, SENAC, SESC, SENAT, SEBRAE, etc.). Entre as públicas, 46 são federais, 17 são estaduais, 4 são municipais e 19 são da área pública sem indicação de nível federativo.

Ao analisar os dados dos censos de EAD no Brasil, referente a 2014, em relação ao realizado em 2012 pela ABED, é possível verificar que houve um aumento de 75 instituições participantes na base do censo. Em relação aos números de matriculados, em 2012 tivemos 1.174.746 alunos e em 2014 matricularam-se 3.868.706 alunos, o que representa um aumento de 329,32% de matrículas em apenas 2 anos.

O referido estudo ainda aponta que 15% das instituições públicas oferecem cursos EAD em parceria com a Universidade Aberta do Brasil (UAB), demonstrando que uma porção maior das instituições públicas (85%) oferece seus cursos com recursos próprios, a exemplo das Universidades Corporativas (UCs) de instituições públicas, que utilizam EAD como uma das ferramentas de formação e aperfeiçoamento para seus profissionais.

Neste sentido, verificamos que as UCs são uma das principais formas de gestão da EAD nas grandes corporações públicas e privadas. As UCs podem ser compreendidas como instituições de educação corporativa, que utilizam a nova modalidade educacional para ampliar os programas tradicionais de treinamento, buscando desenvolver competências em acordo mútuo com as necessidades organizacionais concretas. “Seu foco reside na organização que aprende, que estimula o aprendizado, principalmente, no que se refere às competências essenciais da empresa.” (BAYMA, 2004, p. 25).

Os Sistemas de Educação Corporativa apresentam, na visão de Eboli (2004), sete princípios de sucesso que dão enfoque conceitual e metodológico para a concepção, implantação e a análise de projetos de educação corporativa realizados nas organizações de modo geral. Entre eles, Eboli (2004) destaca o princípio das parcerias.

Segundo Eboli (2004), o princípio das parcerias exige o desenvolvimento contínuo das competências críticas dos colaboradores, no intenso ritmo requerido atualmente no mundo



organizacional, tarefa considerada complexa e audaciosa, necessitando de parcerias internas e externas que ampliem as competências instaladas em cada organização. As parcerias internas agregam competências de outros setores internos da organização, o que ganha dimensão maior quando se consideram as amplas estruturas da administração pública. As parcerias externas requerem estabelecer parcerias estratégicas com organizações externas, especialmente com as Instituições de Ensino Superior que já adentraram a EAD.

As UCs e EAD são conceituadas por diversos autores e cada um destes enfatiza algumas características especiais nas suas definições, envolvendo aspectos como: históricos, pedagógicos, supervisão, avaliação, aprendizado, educação formal e informal.

De modo geral, a EAD tem sido estudada empiricamente, com base em abordagens mais fortemente vinculadas ao campo da educação, tendo como eixo as teorias da aprendizagem e os impactos específicos da EAD nas formas tradicionais da educação (MILL; SANTIAGO, 2016).

Nesse sentido, a utilização destes recursos conceituais é uma contribuição teórico-metodológica desta pesquisa ao campo dos estudos sobre a evolução da EAD, entendendo a EAD como uma tecnologia específica em intenso processo de difusão, à qual é aplicável a abordagem relacionada à inovação em geral.

Método Adotado

Trata-se de um estudo do tipo descritivo e exploratório, de natureza qualitativa.

A pesquisa qualitativa se preocupa com o nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, abrange o universo dos significados, crenças, percepções, sentimentos, valores e atitudes, além de permitir compreender com maior abrangência e significação a realidade, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações (MINAYO, 2007).

A abordagem descritiva se aplica, pois esta reside na possibilidade de conhecer de forma ampliada os traços característicos de uma população estudada (TRIVIÑOS, 2006).

Os procedimentos de campo desta pesquisa serão baseados em entrevistas com os responsáveis pela área de EAD, ou Recursos Humanos, das organizações que constituem o objeto empírico.



Analise e Discussão dos Resultados

Oferta de Cursos

As primeiras iniciativas ligadas à EAD na instituição estudada, ocorreram por meio da tecnologia de videoconferência, sendo que a Sefaz/BA foi a primeira a utilizar esta tecnologia por meio de um curso em FISCO³ em 2005.

Conforme o modelo de análise, a oferta dos cursos será examinada em três aspectos: a **oferta de vagas**, o **ritmo temporal da oferta**, o **formato dos cursos** e o **suporte oferecido aos alunos**.

A sequência da oferta de EAD, ordenada por UCS pesquisada e em ordem cronológica, está apresentada a seguir, iniciando com a Sefaz/BA.

- 2005 – Devido à necessidade de capacitar servidores acerca do FISCO, a Sefaz/BA realiza um curso em EAD em parceria com a UNEB, que forneceu todo material didático, e com o IAT, que forneceu a tecnologia. O referido curso teve duração de 4h e capacitaram 300 colaboradores.
- 2006 – Não ocorreram atividades relacionadas à EAD.
- 2007 – Ocorreu a primeira videoconferência com material didático produzido pelo próprio departamento de gestão de pessoas da Sefaz/BA. Neste mesmo ano, por meio de uma parceria com o programa de pós-graduação da PUC-MG, em que foram compradas algumas vagas, a instituição disponibilizou vagas para o Curso em Comércio Exterior.
- 2008 – Foram ofertados três cursos no formato de videoconferência com as seguintes temáticas: Ética no Serviço Público; Excelência no atendimento ao cidadão; e Desenvolvimento do potencial de liderança.
- 2009 – Tiveram o primeiro curso de capacitação em Inspetoria virtual, utilizando o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O curso, ainda na modalidade teste, capacitou 400 colaboradores divididos em 10 turmas.

³ Termo utilizado na cobrança judicial da dívida ativa de pequeno valor frente às imposições da Lei de Responsabilidade Fiscal.



Foram também oferecidos cursos de *Word*, *Excel* e *Power Point*, utilizando videoconferência, que capacitaram 2000 pessoas, sendo a certificação emitida pela Escola de Administração Fazendária (ESAF) (ver Tabela 2).

Tabela 2 - Cursos ofertados pela Sefaz/BA por número de vagas e turmas em 2009

Ano / Formato	Cursos ofertados	Nº de Vagas	Nº de turmas
2009			
<i>E- Learning/Moodle</i>	Inspetoria virtual	40	10
2009	<i>Excel</i>	2000	1
Videoconferência	<i>Word</i>	2000	1
	<i>Power Point</i>	2000	1

Fonte: Dados da pesquisa. Salvador (2016).

2010 – Foram oferecidos os cursos de Nota fiscal eletrônica, SEPD Fisco, conhecimento de transporte eletrônico, escrituração fiscal digital e escrituração contábil digital, sendo ofertadas para cada curso 480 vagas divididas em 12 turmas. Assim, em 2010, a Sefaz/BA ofertou 2400 vagas para capacitação de servidores.

Tabela 3 - Cursos ofertados pela Sefaz/BA por número de vagas e turmas em 2010

Ano / Formato	Cursos ofertados	Nº de Vagas	Nº de turmas
2010	Nota fiscal eletrônica	40	12
<i>E- Learning/Moodle</i>	SEPD Fisco	40	12
	Conhecimento de transporte eletrônico	40	12
	Escrituração fiscal digital	40	12
	Escrituração contábil digital	40	12

Fonte: Dados da pesquisa. Salvador (2016).

2011 – Os cursos de Petróleo e Combustíveis, *Office* básico (*Word*, *Excel* e *Power Point*) e Tutorial do *Outlook*, foram ofertadas 30 vagas para cada um deles, sendo que a carga horária dos cursos respectivamente foram 20, 40 e 20 horas. Neste ano, foram ofertadas 90 vagas para qualificação de pessoal (ver Tabela 4).



Tabela 4 - Cursos ofertados pela Sefaz-BA por número de vagas, turmas e carga horária em 2011

Ano / Formato	Cursos ofertados	Nº de Vagas	Nº de turmas	Carga Horária
2011 E- Learning/Moodle	Petróleo e combustíveis	30	1	20
	Office básico (<i>Word, Excel, Power Point</i>)	30	1	40
	Tutorial do <i>Outlook</i>	30	1	20

Fonte: Dados da pesquisa. Salvador (2016).

2012 – Neste, ocorreu um aumento significativo de cursos ofertados pela Sefaz/BA utilizando videoconferências, em que foram disponibilizadas 180 vagas para realização de cursos diversos como Segurança da Informação, 1ª Videoconferência sobre Transparência e Controle Social, Gestão Institucional e Projetos Especiais, Simples Nacional, Bases Teóricas e Conceituais do FIPLAN e metas de arrecadação, sendo que todos os cursos disponibilizavam 30 vagas em turma única, a carga horária dos cursos foi variada, sendo que o 1, 3 e 6 tiveram duração de 4h e os demais tiveram duração de 8 horas (ver Tabela 5).

Ainda neste ano, foi implementada a oferta de 10 cursos por meio do *E-Learning/Moodle*, a saber: Nota Fiscal Eletrônica, Trabalho em Equipe, Tutorial *Outlook*, Introdução à Teoria da Administração, Excelência no Atendimento ao Cidadão, *Office* Básico, Contabilidade Geral, Lei de Responsabilidade Fiscal, Gestão Estratégica de Pessoas e Sefaz Digital, todos os cursos ofertados para 30 pessoas por turma que variam em número de oferta devido às necessidades instaladas no momento da capacitação. As durações dos cursos também variam, apresentando carga horárias entre 8 e 60 horas (ver Tabela 5).

Assim, com a Introdução do *E-Learning/Moodle* como tecnologia para difusão de cursos em EAD, ocorreu uma ampliação na oferta de curso e de vagas para capacitação de pessoal, conforme evidenciado na Tabela 05, na qual verificamos que ao todo foram oferecidos 16 cursos, incluindo formatos de videoconferência e *E-Learning/Moodle*, totalizando a oferta de 1.350 vagas, sendo que, destas, 1.170 foram por meio do *E-Learning/Moodle*. Diante deste contexto, é possível afirmar que a modificação do uso de tecnologia nesta instituição causou um impacto significativo na possibilidade de capacitação de seus servidores.

Tabela 5 - Cursos ofertados pela Sefaz/BA por número de vagas, turmas e carga horária em 2012



Ano / Formato	Cursos ofertados	Nº de Vagas	Nº de turmas	Carga Horária
2012 Videoconferência	Segurança da Informação 1ª Videoconferência sobre	30	1	4
	Transparência e Controle Social	30	1	8
	Gestão Institucional e Projetos			
	Especiais	30	1	4
	Simplex Nacional	30	1	8
	Bases Teóricas e Conceituais do			
	FIPLAN	30	1	8
2012 <i>E-Learning/Moodle</i>	Metas de Arrecadação 2013	30	1	4
	Nota Fiscal Eletrônica	30	11	20
	Trabalho em Equipe	30	2	50
	Tutorial Outlook	30	1	20
	Introdução à Teoria da Administração	30	1	30
	Excelência no Atendimento ao Cidadão	30	1	20
	<i>Office</i> Básico	30	1	40
	Contabilidade Geral	30	3	60
	Lei de Responsabilidade Fiscal	30	7	24
	Gestão Estratégica de Pessoas	30	2	60
Sefaz Digital	30	10	8	

Fonte: Dados da pesquisa. Salvador (2016).

2013 – A oferta de cursos em 2013 se deu por meio do *E-Learning/Moodle*, sendo ofertados os cursos de Nota Fiscal Eletrônica (Nfe), Excelência no Atendimento ao Cidadão, Contabilidade Geral, Lei de Responsabilidade Fiscal, Gestão Estratégica de Pessoas, Escrituração Fiscal Digital (EFD), Escrituração Contábil Digital (ECD), Desenvolvimento do Potencial de Liderança, Introdução à Teoria da Administração, Administração do Tempo, *Excel* Básico. Conforme a Tabela 06, o número de turmas foi bem heterogêneo, assim como a carga horária destinada à realização dos cursos que variaram de 12 a 60h. Assim, com a oferta destes cursos, a Sefaz mantém-se como uma instituição que mantém expressivo número de vagas (1050) destinadas à capacitação dos seus servidores.

Tabela 6 - Cursos ofertados pela Sefaz/BA por número de vagas, turmas e carga horária em 2013

Ano / Formato	Cursos ofertados	Nº de Vagas	Nº de turmas	Carga Horária
---------------	------------------	-------------	--------------	---------------



2013 E- Learning/Moodle	Nota Fiscal Eletrônica – Nfe	30	5	20
	Excelência no Atendimento ao Cidadão	30	6	20
	Contabilidade Geral	30	4	60
	Lei de Responsabilidade Fiscal	30	4	24
	Gestão Estratégica de Pessoas	30	3	60
	Escrituração Fiscal Digital – EFD	30	4	20
	Escrituração Contábil Digital – ECD	30	2	20
	Desenv. do Potencial de Liderança	30	2	24
	Introdução à Teoria da Administração	30	1	30
	Administração do Tempo	30	3	12
	<i>Excel</i> Básico	30	1	30

Fonte: Dados da pesquisa. Salvador (2016).

2014 – Foram ofertados 15 cursos mantendo a tecnologia do *E-Learning/Moodle* para operacionalização dos mesmos, sendo que é possível verificar uma modificação das temáticas dos cursos ofertados. Assim, é factível verificar que os cursos com abordagem gerencial e fiscal tiveram um aumento significativo, porém cursos voltados para a operacionalização técnica em informática ainda estão presentes conforme pode ser evidenciado na próxima tabela, que apresenta a relação dos seguintes cursos ofertados: Administração do tempo, Como programar reuniões sistemáticas, Escrituração Fiscal Digital (EFD), Desenvolvimento do potencial de liderança, Direito constitucional, ECD – módulo 1, ECD, *Excel* básico, Excelência no atendimento ao cidadão, Gestão estratégica de pessoas, PHP5, Introdução à gerência de projetos, *Outlook*, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), Trabalho em equipe. Neste ano, tivemos diferente número de turmas ofertadas, assim como de carga horária referente a cada curso, conforme apresentado na Tabela 7. Podemos verificar que o compromisso da empresa em qualificação e formação de pessoal se mantém, visto que neste ano ela ofertou 1.200 vagas utilizando a EAD.

Tabela 7 - Cursos ofertados pela Sefaz/BA por número de vagas, turmas e carga horária em 2014

Ano / Formato	Cursos ofertados	Nº de Vagas	Nº de turmas	Carga Horária
2014 E-Learning/Moodle	Administração do tempo	30	4	12
	Como programar reuniões sistemáticas	30	1	12
	Escrituração fiscal digital (EFD)	30	3	20
	Desenvolvimento do potencial de liderança	30	3	24
	Direito constitucional	30	5	16



ECD – módulo 1	30	1	8
ECD	30	3	20
Excel básico	30	5	30
Excelência no atendimento ao cidadão	30	2	20
Gestão estratégica de pessoas	30	2	60
PHP5	30	2	30
Introdução à gerência de projetos	30	3	12
Outlook	30	1	10
Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)	30	3	24
Trabalho em equipe	30	2	20

Fonte: Dados da pesquisa. Salvador (2016).

2015 – Seguindo a lógica de manter funcional o programa de capacitação e/ou treinamento, a Sefaz/BA, fazendo o uso do *E-Learning/Moodle*, ofertou em 2015, 1.080 vagas para os seguintes cursos: Administração do tempo, Como programar reuniões sistemáticas, Conhecimento transporte eletrônico, Contabilidade geral, Direito constitucional, ECDP 2015, Excel básico, Excel intermediário, Gestão estratégica de pessoas, Introdução à EAD, Introdução à gerência de projetos, Introdução à teoria da administração, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), Trabalho em equipe. Salientamos que do curso de administração do tempo não foi informado o número de turmas e carga horária, não sendo assim contemplado no total (ver Tabela 08).

Tabela 8 - Cursos ofertados pela Sefaz/BA por número de vagas, turmas e carga horária em 2015

Ano / Formato	Cursos ofertados	Nº de Vagas	Nº de turmas	Carga Horária
2015 <i>E-Learning/Moodle</i>	Administração do tempo	30	-	-
	Como programar reuniões sistemáticas	30	3	12
	Conhecimento transporte eletrônico	30	5	20
	Contabilidade geral	30	2	60
	Direito constitucional	30	3	16
	ECD P 2015	30	1	8
	Excel básico	30	6	30
	Excel intermediário	30	5	20
	Gestão estratégica de pessoas	30	1	60
	Introdução à EAD	30	2	20
	Introdução à gerência de projetos	30	3	12
	Introdução à teoria da administração	30	1	30
	LRF - Lei de responsabilidade fiscal	30	3	24



Trabalho em equipe	30	1	20
--------------------	----	---	----

Fonte: Dados da pesquisa. Salvador (2016).

2016 – Atualmente, a UCS Sefaz/BA continua utilizando a tecnologia *E-Learning/Moodle* para ministrar seus cursos que já totaliza 14 até o momento, conforme descrito: Noções de direito tributário, Noções de direito financeiro, Conhecimento transporte eletrônico, Excelência no atendimento ao cidadão, Direito constitucional, Economia brasileira, *Excel* básico, *Excel* intermediário, Gestão estratégica de pessoas, Macroeconomia, Introdução à gerência de projetos (p/ TJ), Ética no serviço público, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e Trabalho em equipe. Estes cursos foram disponibilizados para 780 servidores que puderam integrar em turmas de 30 alunos, sendo que a duração de cada curso varia de 10 a 60 horas (ver Tabela 9).

Tabela 9 - Cursos ofertados pela Sefaz/BA por número de vagas, turmas e carga horária em 2016

Ano /Formato	Cursos ofertados	Nº de Vagas	Nº de turmas	Carga Horária
2016 <i>E-Learning/Moodle</i>	Noções de direito tributário	30	3	15
	Noções de direito financeiro	30	3	10
	Conhecimento transporte eletrônico	30	1	20
	Excelência no atendimento ao cidadão	30	1	20
	Direito constitucional	30	1	16
	Economia brasileira	30	5	12
	<i>Excel</i> básico	30	2	30
	<i>Excel</i> intermediário	30	2	20
	Gestão estratégica de pessoas	30	1	60
	Macroeconomia	30	1	30
	Introdução à gerência de projetos (p/ TJ)	60	1	12
	Ética no serviço público	30	2	20
	LRF - Lei de responsabilidade fiscal	30	1	24
	Trabalho em equipe	30	1	20

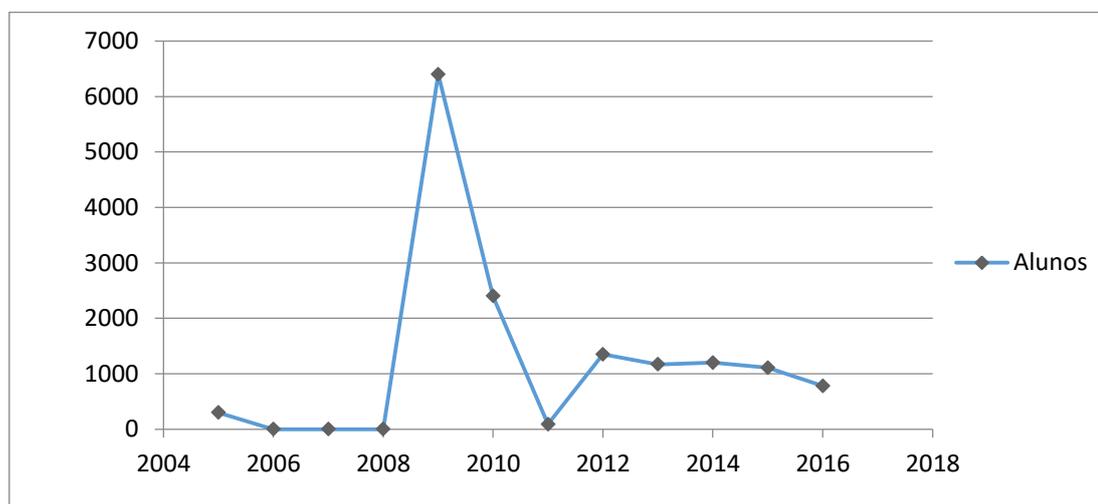


Fonte: Dados da pesquisa. Salvador (2016).

Frente ao exposto, percebemos que, ao longo dos anos, a Sefaz/BA vem desenvolvendo seus cursos de capacitação em EAD, utilizando as tecnologias de videoconferência e *E-Learning/Moodle*. A mesma apresenta um aumento significativo no número de cursos e vagas oferecidas para os seus servidores. Além disso, é possível verificar que as ofertas de cursos estão muito relacionadas com as necessidades e características específicas da instituição e público-alvo, tendo estes dados confirmados por meio do número de turmas ofertadas e carga horária específicas para integralização de cada curso.

A evolução do número de alunos atendidos pela Sefaz evoluiu conforme o Gráfico 1.

Gráfico 1 - Quantidade de alunos por ano na Sefaz/BA



Fonte: Dados da pesquisa. Salvador (2016).



Compreendendo que os alunos que frequentam os cursos ofertados pela Sefaz são os servidores da referida instituição, podemos afirmar que a participação destes servidores nos cursos foi diferenciada ao longo dos anos. Conforme verificado no Gráfico 1, o número de alunos beneficiados no início das atividades utilizando tecnologia foi de 300 alunos, e entre 2006 e 2008 não houve oferta de cursos, sendo que em 2009 as atividades da UCS Sefaz-BA voltaram a ser realizadas e neste ano tivemos um quantitativo de 6.400 alunos. Nos anos seguintes, houve uma diminuição de alunos nos cursos, mantendo-se em constante de mais de 1.000 alunos capacitados por ano, chamamos atenção que em 2011 houve uma redução destes alunos, perfazendo apenas 90 alunos nos cursos oferecidos.

Em síntese, o número total de alunos/ano atendidos pela Sefaz revela a irregularidade da trajetória, com um pico de mais de 6.000 alunos em 2009 (curso massivamente oferecido por videoconferência) e uma estabilização no patamar de 1.000 alunos/ano, com leve tendência de queda, de 2012 a 2015.

Formato Geral

Do ponto de vista do formato dos cursos oferecidos, observa-se um claro processo de substituição do formato “videoconferência” pelo formato “*e-learning*”, o que pode ser explicado pelo mais elevado custo operacional e limitações no quantitativo de usuários do sistema de videoconferência.

Tabela 10 - Número de cursos e de alunos segundo formato de cursos oferecidos pelas UCSs entre 2005 e 2016

Tipo Formato	SEFAZ-BA	
	Alunos	Cursos
<i>E-learning</i>	8.320	76
Videoconferência	6.480	10

Fonte: Dados da pesquisa. Salvador (2016).

Suporte

O suporte aos alunos é uma dimensão essencial da eficácia pedagógica da EAD, pois trata da interação entre os alunos e o docente ou tutor. Do ponto de vista didático, é



importante considerar que a qualidade da elaboração e da assimilação de um saber depende, em grande medida, de interação entre alunos e docentes, na medida em que apenas no diálogo se desenvolvem processos cognitivos essenciais à efetiva aprendizagem (PETERS, 2007).

Nesse sentido, o cenário das ações de EAD de Sefaz-BA apresenta-se ainda em um patamar bastante limitado de suporte aos alunos, portanto, de interação aluno-docente.

Tabela 11 - Total de Alunos por Tipo de Suporte aos Alunos

	Sefaz-BA	%
Auto instrucional	8.320	56,21%
Tutoria de Processo/Monitoria	6.480	43,79%
TOTAIS	14.800	

Fonte: Dados da pesquisa. Salvador (2016).

Do total de alunos atendidos pela instituição, 56,21% participaram de cursos sem qualquer suporte ao aluno (cursos auto instrucionais), enquanto que os restantes 43,79% participaram de cursos com suporte de tutoria de processo, não havendo registro de nenhum curso com suporte de tutoria de conteúdo.

As entrevistas revelaram as dificuldades, peculiares ao setor público, que respondem por essa grave limitação dos dois programas de EAD, representada pela disponibilização de conteúdos sem interação (68%) ou com tutoria de processo, cujo foco é apenas motivacional e de controle (32%).

O fato central é que as universidades corporativas estudadas não dispõem de recursos para contratação de tutores, sejam de processo ou de conteúdo. É interessante observar que esta restrição não existe para a tutoria presencial, indicando, em sintonia com a questão levantada pelo “paradoxo de Solow⁴”, o retardo na regulação dos novos contextos determinados pela mudança técnica. Neste sentido, o Entrevistado 1 (E1) aponta que a impossibilidade de contratação de pessoal para esta função dificulta a oferta de alguns cursos.

⁴ O “paradoxo de Solow” foi formulado por Robert Solow, economista ganhador do Prêmio Nobel, que afirmou, em 1987: “Veem-se computadores por toda parte, menos nas estatísticas de produtividade”.



[...] Todos os nossos cursos são sem tutoria [...] no estado trabalhamos com a Lei de Instrutória Interna [...] o servidor da casa recebe uma hora dentro do seu contracheque, mas a lei só prevê para o ensino presencial [...] tutor para atividades a distância é uma figura que não existe no estado, a gente não tem viabilidade legal para remunerá-lo. (E1).

Conforme mencionada pelo E1, a Lei nº 10.851, de 10 de dezembro de 2007, foi regulamentada pelo Decreto 11.073, de 27 de maio de 2008, e institui a atividade instrutória interna presencial, no âmbito da Administração Pública do Poder Executivo Estadual na Bahia, e dá outras providências. Nos artigos de 1 a 4 da mesma, são apresentados os principais fatores para a concessão de oferta destes tutores.

Art. 1º - A instrutória interna, definida como docência eventual desempenhada por servidores públicos em ações de desenvolvimento voltadas para o alcance de objetivos, metas e resultados institucionais, sem prejuízo do exercício das atividades normais do cargo ou função de que for titular, obedecerá ao disposto na legislação em vigor e neste Decreto.

Art. 2º - O servidor público estadual, para atuar como instrutor interno, terá que, necessariamente, lograr aprovação no Curso de Formação de Instrutor Interno, integrante do Programa de Formação de Instrutor Interno, ou obter certificação da Universidade Corporativa do Serviço Público do Estado da Bahia - UCS, mediante a comprovação da habilidade necessária.

Art. 3º - O Programa de Formação de Instrutor Interno será concebido, coordenado e implementado pelo órgão gestor da UCS, que também efetivará a certificação dos habilitados.

Art. 4º - Integram o Programa de Formação de Instrutor Interno:

I - Curso de Formação de Instrutor Interno, destinado aos servidores que pretendem atuar como instrutor interno e que não são habilitados;

II - Oficina de Alinhamento, destinada aos servidores que obtiverem certificação na forma do artigo 5º deste Decreto;

III - Seminário de Atualização, destinado a todos os instrutores internos, quando necessário. (BAHIA, 2008).

A E1 ainda afirma que foi elaborado um projeto de uma nova lei, encaminhado à Casa Civil em 2015, no qual se garante a contratação de tutores externos. Assim, as UCSs estão



aguardando a aprovação para pensar em novos modelos de curso com tutoria, conforme relatado no depoimento seguinte:

[...] Criamos um grupo formado pela Sefaz-Ba, SAEB e Embasa para construir a lei [...], essa foi encaminhada para a Casa Civil para ser aprovada [...], a partir do momento que foi aprovada a gente poderemos remunerar as pessoas como tutor. [...] (E1).

Enfim, evidencia-se que os suportes para cursos EAD na UCS são gravemente limitados no plano didático, pela pequena interação entre alunos e docentes/tutores; e que essa limitação decorre do necessário processo de adaptação das normas e modelos gerenciais para que a adoção de tecnologias resulte em seu máximo aproveitamento efetivo. O registro positivo é a existência de iniciativa para reformar a norma de contratação de tutores, abrindo espaço para um nível de suporte que assegure maior eficácia didática ao programa de EAD nas duas instituições.

Considerações Finais

Em primeiro lugar, diante dos resultados obtidos na análise empírica, é importante assinalar a proficuidade da opção teórico-metodológica da pesquisa, que, ao mobilizar os conceitos aplicados à análise da difusão, desenvolvidos e testados para o exame da difusão de qualquer tecnologia, possibilitou um ângulo de observação e análise revelador de aspectos essenciais à compreensão crítica da trajetória da educação a distância (EAD) na instituição analisada.

Nesse sentido, é uma contribuição direta desta pesquisa aos modelos de análise da EAD.

No plano dos resultados empíricos, as dimensões analisadas permitem concluir que existe um processo em curso de desenvolvimento da EAD, que existe um esforço meritório das equipes técnicas em viabilizar a aplicação da tecnologia, inclusive com o recurso ativo a parcerias, mas que este processo enfrenta sérias dificuldades, que em grande medida podem ser atribuídas a limitações institucionais e financeiras do setor público (aquisição de recursos técnicos e de pessoal especializado).



A oferta de vagas apresenta-se instável ao longo do tempo e bastante limitada face ao enorme potencial das tecnologias empregadas, principalmente o *e-learning*. Há a utilização de duas tecnologias de EAD (videoconferência e *e-learning*), o que é positivo, pois são tecnologias complementares dentro do espectro de possibilidades da EAD contemporânea, mas, provavelmente em função da dependência das parcerias, a pesquisa não percebeu, nas ações realizadas, a existência de critérios para a escolha, em cada caso, da utilização de um ou outro sistema.

Os formatos utilizados (auto instrucional e tutoria de processo), apropriados apenas a conteúdos mais simples e bastante estruturados (conhecimento explícito), são utilizados de modo exclusivo, o que aponta para forte limitação didática nos processos de aprendizagem dos alunos.

A pesquisa revela também a existência de fortes limitações na internalização, nas organizações, de competências organizacionais essenciais à condução de um programa avançado de EAD, e de recursos humanos especializados necessários ao exercício destas competências. Devemos registrar o visível esforço dos gestores e das equipes técnicas das instituições estudadas, uma vez que procuraram recorrer a múltiplas parcerias (de conteúdos e técnicas) para viabilizar os programas de EAD nas condições presentes no setor público.

O estudo realizado tem limitações relacionadas especialmente à obtenção de dados mais detalhados sobre os cursos oferecidos, mas sua realização abre possibilidades de refinamento da abordagem teórico-metodológica empregada e recomenda a aplicação desta abordagem para outras organizações.

Referências

ABED, Censo EAD. **BR: Relatório Analítico da Aprendizagem a Distância no Brasil 2014**. Censo EAD. BR: Analytic Report of Distance Learning in Brazil/[traduzido por Maria Thereza Moss de Abreu]. Curitiba: Ibepex, 2015.

ALVES, Lucineia. Educação a distância: conceitos e história no Brasil e no mundo. Rio de Janeiro, **RBAAD**, v. 10, sn, p. 84-92. 2011. Disponível em: <http://www.abed.org.br/revistacientifica/Revista_PDF_Doc/2011/Artigo_07.pdf>. Acessado em: 04/03/2016.



BAHIA. Decreto 11.073 de 27 de maio de 2008. **Regulamenta a Lei nº 10.851 de dezembro de 2007, que institui a atividade de instrutória interna, no âmbito da Administração Pública do Poder Executivo Estadual, e dá outras providências.** Bahia, 2008.

_____. **Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia.** Disponível em:
<<http://www.sefaz.ba.gov.br/scripts/ucs/index.asp?id=01>>. Acessado em: 05/03/2015.

BAYMA, F. (org.) **Educação corporativa: desenvolvendo e gerenciando competências.** São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

BRASIL. Decreto 5.622, de 19 de dezembro de 2005. **Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasil, 2015.

_____. Decreto nº 9.533 de 31 de agosto de 2005. **Autoriza o Poder Executivo a conceder apoio financeiro aos Municípios que instituírem programas de garantia de renda mínima associados a ações socioeducativas.** Lei n. 9.533, de 31 de agosto de 2005. Brasília, 2014.

CASTELLS, M. A. Sociedade em rede. **In: A era da informação: economia, sociedade e cultura.** vol.1. 10. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

EBOLI, M. **Educação Corporativa no Brasil: mitos e verdades.** São Paulo: Gente, 2004.

MILL, D.; OLIVEIRA, M. R. G.; RIBEIRO, L. R. C. Múltiplos enfoques sobre a polidocência na educação a distância virtual. In: _____. **Polidocência na Educação a Distância: múltiplos enfoques.** São Paulo: EdUFSCar, 2010.

MILL, D.; SANTIAGO, G.; **A educação a distância na literatura científica: uma reflexão sobre temas saturados e silenciados.** Salvador: EaD UFBA, 2016.

MINAYO; M.C.S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 10. ed. São Paulo: Hucitec, 2007.

MOORE, Michael G.; KEARSLEY, Greg. **Educação a distância: sistemas de aprendizagem on-line.** 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

MORAN, J. M. **O que é educação a distância.** 2002. Disponível em:
<<http://www2.eca.usp.br/moran/wp-content/uploads/2013/12/dist.pdf>>. Acesso em: 16 abr.2016.

PETERS, M. Common Agency and the Revelation Principle. **Working Papers -99-01,** University of Toronto, Department of Economics, 1999.

_____. Negotiation and it or leave it in common agency. **Journal of Economic Theory,** v. 111, n.1, p. 88-109, jul. 2003.



RIBEIRO, L.R.C.; MILL, D.; OLIVEIRA, M.R.G. (Org.). **Polidocência na educação a distância: múltiplos enfoques.** São Carlos: EdUFSCar, 2010.

SALES, Mary V. S. **Proformação:** resignificando o uso da mídia impressa na educação a distância para formação de professores. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Salvador, 2006.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. O positivismo, a fenomenologia e o marxismo. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2006.



Como citar este artigo (Formato ABNT):

VALE JÚNIOR, João Sotero; FIALHO, Sérgio Hage. Ofertas de Cursos EAD por Universidade Corporativa do Estado da Bahia . **Id on Line Revista Multidisciplinar e de Psicologia**, 2017, vol.11, n.37, p. 524-544. ISSN: 1981-1179.

Recebido: 04.09.2017

Aceito: 14.09.2017